

MP 765/2016

NOVELA DO REAJUSTE DOS AUDITORES-FISCAIS CONTINUA

A Medida Provisória (MP) nº 765/2016, editada pelo governo no dia 31 de dezembro do ano passado não pôs fim à questão do reajuste salarial dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Até porque, como o próprio nome diz, é uma medida provisória, que ainda precisa ser analisada pelo Congresso Nacional.

E em razão desta MP ter sido editada de forma prejudicial à maioria dos Auditores-Fiscais — sobretudo no que diz respeito à remuneração por subsídio e à paridade entre ativos, aposentados e pensionistas no pagamento do bônus de eficiência e produtividade — a ANFIP trabalhou firme para que fossem apresentadas emendas à MP (**veja abaixo**).

Em síntese, elas objetivam restabelecer o subsídio e a paridade, cuja defesa a ANFIP e a ANFIP-MG têm buscado desde o início da Campanha Salarial.

A Comissão Mista destinada a analisar a MP foi instalada no dia 14 de março de 2017 e o deputado Hiran Gonçalves (PP/PR) foi eleito o presidente do colegiado. O

senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE) foi designado relator da matéria e o deputado Covatti Filho (PP/RS) será o relator-revisor.

A ANFIP já está atuando para conseguir audiência com a Mesa Diretora, com o objetivo de argumentar a favor das emendas que defende.



Inconstitucionalidade

Tema polêmico, o bônus de eficiência é considerado pela ANFIP e pela ANFIP-MG como inconstitucional. E existe forte pressão para que seja derrubado, sobretudo pela bancada ruralista, que reúne um dos maiores grupos do Congresso Nacional.

Essa é uma das principais pautas dos deputados federais Nilson Leitão (PSDB-MT) — que tomou posse no dia 14 de fevereiro de 2017 como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária — e Valdir Colatto (PMDB-SC), um dos mais expressivos na bancada.

Além disso, segundo o portal ConJur (Consultor Jurídico), a OAB deverá ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), no STF, contra o dispositivo que cria o bônus, cuja revogação também é defendida pelo vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcos Guerra.

O STF reconheceu, ainda, repercussão geral de um recurso que questiona o pagamento de bônus pela administração fazendária a Auditores-Fiscais, ajuizado pelo Ministério Público de Rondônia. O próximo passo será o julgamento pelo plenário da Suprema Corte.

Portanto, a novela não acabou. Existe a possibilidade do bônus ser revogado e o subsídio ser restabelecido. E essa é a expectativa da ANFIP-MG.

RELAÇÃO DE EMENDAS E RESPECTIVOS AUTORES

Emenda 179 - MPV 765/2016	Deputado Izalci (PSDB/DF)
Emenda 215 - MPV 765/2016	Deputado Lincoln Portela (PRB/MG)
Emenda 216 - MPV 765/2016	Deputado Lincoln Portela (PRB/MG)
Emenda 341 - MPV 765/2016	Deputado Cleber Verde (PRB/MA)
Emenda 32 - MPV 765/2016	Senador Paulo Paim (PT/RS)
Emenda 96 - MPV 765/2016	Senador Paulo Paim (PT/RS)

ELEIÇÃO DOS CONVENCIONAIS

A eleição de convencionais que representarão a ANFIP-MG na XXVI Convenção Nacional da ANFIP acontece no dia 3 de abril (segunda-feira), de 8 às 17 horas, na sede da Associação, em Belo Horizonte/MG. Os votos também poderão ser encaminhados pelos Correios, até essa data — com “Aviso de Recebimento (AR)” e data comprovada pelo carimbo da empresa.

A cédula única, contendo os nomes dos candidatos de Minas Gerais, foi enviada pela Comissão Eleitoral Estadual a todos os associados eletivos da ANFIP Nacional. Abaixo, publicamos a relação com os candidatos inscritos,

A Convenção Nacional é o maior evento do calendário da ANFIP, momento em que são debatidos assuntos relevantes para a carreira e são definidos os rumos da entidade. As comissões técnicas formadas pelos convencionais discutem alterações no estatuto da Associação, bem como assuntos gerais de interesse dos associados. Na ocasião, também serão definidas as chapas que concorrerão ao Conselho Executivo e as candidaturas individuais para o Conselho Fiscal, para o biênio 2017/2019.

Confira abaixo os candidatos

Décio Bruno Lopes

Ilva Franca Lauria

Lázaro Idino Bagliano

Maria Geralda Vitor

Walter Gandi Delogo

ACOMPANHE A LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 287/2016)

A mobilização contra a reforma da Previdência (PEC 287/2016) tem se intensificado a cada dia, tanto em Minas Gerais quanto no resto do país. A ponto de parlamentares da base aliada do governo terem dúvidas quanto à aprovação da proposta.

E à medida que os debates vão sendo promovidos de forma transparente e a desinformação do governo vai sendo derrubada, maior a possibilidade de se reverem os termos estabelecidos pela PEC 287/2016, que significará



a destruição da Previdência Social Pública.

Em razão disso, convidamos todos a engajarem-se na mobilização deste mês, que é crucial para a derrubada da reforma nos termos propostos.

Confira abaixo a agenda de atividades da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social e participe.

Pense que a PEC 287/2016 afeta todos. Mesmo que você seja aposentado, seus filhos e netos sofrerão o impacto, caso ela seja aprovada.

30/março/2017

Debate com a professora Denise Gentil, às 19 horas, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG;

31/março/2017

Ato público em fase de organização;

Associados elegem novo nome do jornal

Em pesquisa realizada por correspondência, em dezembro de 2016, os associados da ANFIP-MG escolheram o novo nome do jornal da entidade.

Foram enviadas cartas seladas a todos, entre novembro e dezembro do ano passado com três opções de nomes, relacionados após um período em que eles também foram consultados.

A maioria das pessoas que participaram da pesquisa escolheram o nome “Jornal da ANFIP-MG”, que, embora não traga o nome do cargo, eleva o nome da entidade, que, no ano que vem, completa 50 anos de

existência!

Veja os detalhes da pesquisa:

Número total de votos: 136

AUDITOR-FISCAL EM AÇÃO:
28 votos

JORNAL DA ANFIP-MG:
71 votos

O AUDITOR-FISCAL:
37 votos

A ANFIP-MG agradece a participação e informa que o próximo jornal, com o novo nome, será publicado em abril de 2017.